ASSEMBLEIA FISCALIZA

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa

Prestação de contas do Governo ano 2026 – 1º Ciclo

— 17/6/2026 — 9 horas



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, entre 1º/5/2025 a 30/4/2026, no âmbito do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo *de 2026*

Reunião especial da Comissão de Agropecuária e Agroindústria
Comissão convidada:

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Presidente da reunião: deputado Raul Belém
Data: 17/6/2026
Horário: 9 horas
Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias (Acervo ALMG)

I – Apresentação

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, tendo como convidada a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, recebeu, em 17/6/2026, Thales Almeida Pereira Fernandes, secretário de Estado de Agricultura, Pecuáriaria e Abastecimento, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º/5/2025 a 30/4/2026, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique aqui https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/comissoes/reuniao/?idCom=1075&idTipo=5&dia=17&mes=06&ano=2026&hr=09:00 para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Agropecuária e Agroindústria: Deputado Raul Belém (presidente), deputado Dr. Maurício (vice-presidente), deputado Coronel Henrique, deputado Antônio Carlos Arantes (suplente)

Comissão Meio de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Deputada Beatriz Cerqueira (suplente).

Poder Executivo: Thales Almeida Pereira Fernandes, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Demais presenças: Deputado João Magalhães, deputado Carlos Pimenta, deputado Leleco Pimentel

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

1) Crise Financeira

Os parlamentares destacaram a retração financeira do setor agropecuário, gerada pelas altas taxas bancárias, pelas oscilações de mercado e perdas agrícolas decorrentes do clima. Afirmaram que os produtores rurais acumulam dívidas em razão dos juros elevados e do declínio no valor de *commodities*, como a soja e o milho. Lembraram que o fenômeno El Niño e a ocorrência de chuvas atípicas de granizo pioraram esse quadro. Sinalizaram a demanda para que o Estado adote um Programa de Recuperação Fiscal – Refis – aplicável aos frigoríficos e produtores locais. O secretário concordou com a descrição da crise apontada pelos deputados. Ressaltou a atuação mediadora do Executivo com bancos, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, a fim de disponibilizar linhas de crédito em resposta a sinistros climáticos. O gestor também pontuou que a limitação orçamentária do Estado dificulta a adoção imediata do Refis, medida que exige aprovação técnica da Secretaria de Estado de Fazenda.

2) Implicações comerciais de restrições sanitárias e práticas de *dumping*

Os deputados enfatizaram os gargalos e obstáculos logísticos à exportação de carnes e a concorrência predatória na importação de lácteos e hortifrútis no País. Foi debatida a proibição temporária da importação de carne bovina brasileira pela União Europeia, medida atribuída a falhas no registro de

rastreabilidade animal e no controle de uso de antimicrobianos. Destacaram a entrada predatória (*dumping*) de leite em pó da Argentina e do Uruguai, de morangos do Egito e de tilápia asiática, sem fiscalização rigorosa, o que sinalizaria a omissão diplomática do governo federal na proteção da economia rural. O titular da pasta observou que as barreiras sanitárias, em muitas ocasiões, operam para mascarar interesses comerciais internacionais. Esclareceu, ainda, que o bloqueio europeu é derivado da impossibilidade do Ministério da Agricultura de comprovar a não utilização de antimicrobianos. O secretário destacou medidas estaduais de contingência, como a taxação local de 18% para leite e muçarela importados do Mercosul.

3) Fiscalização de agrotóxicos

Os parlamentares apontaram que o uso de agrotóxicos cresceu 60% em Minas Gerais, posicionando o Estado em situação de vulnerabilidade ambiental. Noticiaram apreensões de produtos falsificados e mortandade de abelhas por pulverização aérea irregular por meio de *drones e* cobraram a reativação de conselhos para disciplinar o uso de agrotóxicos. O secretário reportou que a fiscalização baseada em denúncias reduziu os registros ativos de três mil para menos de mil revendas desses produtos no Estado, além de gerar multas por pulverizações incorretas no campo. Anunciou o direcionamento de R$21 milhões para reformas no laboratório central do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, acrescido de parceria tecnológica com a Universidade Federal de Viçosa – UFV –, que contribuirá para o monitoramento do uso de agrotóxicos. O gestor admitiu a interrupção do colegiado de agroecologia e firmou compromisso de reativá-lo.

4) Defasagem remuneratória e déficit de servidores públicos nas empresas vinculadas

Os deputados chamaram atenção para o fato de que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – opera atualmente com 1.700 servidores, o que representa uma retração aguda em comparação com a marca histórica de 3.800 profissionais que já teve, sobrecarregando o trabalho de campo. Apontaram também perda inflacionária e defasagem nos salários da ordem de 21%, além de diagnóstico de adoecimento mental entre os servidores. O secretário admitiu a defasagem salarial e de pessoal nas empresas vinculadas, informou sobre os reajustes aplicados aos vales-alimentação e os trâmites em andamento para realização de novos concursos públicos, embora haja limite estipulado pelas regras prudenciais de gastos do Estado.

5) Regularização fundiária e resolução de conflitos territoriais

Os parlamentares destacaram a questão do aumento estatístico de casos de violência e de disputas fundiárias em Minas Gerais. Questionaram, ainda, a ausência de política coletiva e comunitária para a titulação de áreas voltadas a quilombolas e indígenas, criticando a dificuldade do Estado na identificação das áreas de terras devolutas originais. O secretário argumentou que o quantitativo de invasões violentas e retiradas compulsórias é historicamente baixo na atual gestão. Esclareceu também que as políticas coletivas direcionadas às comunidades tradicionais foram transferidas legalmente para a estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede.

6) Descomissionamento de reservatório hídrico e carência de infraestrutura viária

Os deputados debateram a execução e a conservação de obras estruturais consideradas vitais para o setor. Cobraram melhorias na infraestrutura viária do Centro-Oeste mineiro, especificamente a pavimentação da Rodovia MG-161 e a construção de uma ponte sobre o Rio Paracatu. Noticiaram, ainda, uma ordem expedida pela Justiça Federal para que seja executado o esvaziamento e descomissionamento da Barragem da Caatinga, em Bocaiúva, estrutura atualmente tutelada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Reforçaram que o esvaziamento deixará mais de mil famílias de assentados sem água para consumo humano e agropecuário. O secretário repudiou a medida de esvaziamento total e lembrou que a última intervenção emergencial de contenção estrutural foi realizada pelo próprio Estado, e não pelo órgão federal. Houve solicitação dos parlamentares para a presença de um representante da Seapa no sábado subsequente (20/6/2026), em Bocaiúva, a fim de acompanhar a mobilização comunitária contra a medida e dialogar sobre alternativas técnicas com o Incra, buscando mitigar os impactos sociais da decisão da Justiça Federal. Ademais, o gestor garantiu mediação política pela obra da ponte e disse que buscará utilizar recursos atrelados à negociação da Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

7) Ociosidade na liberação e tramitação de outorgas de uso de água

A morosidade nos processos de autorização para captação de água em propriedades rurais foi relatada na reunião. Segundo os deputados, existem outorgas bloqueadas e retidas de propriedades inativas. A ociosidade desses registros trava a análise e a concessão de água para novos irrigantes que necessitam proteger suas lavouras contra a estiagem. O secretário reconheceu a limitação, frisando que a alçada regulamentar sobre esse tema é do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – que, por sua vez, está vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad. Ele se comprometeu a direcionar o seu Núcleo de Gestão Ambiental para questionar a situação e a operar o suporte técnico necessário, junto com a Emater, para regularizar os requerimentos barrados.

8) Integração pedagógica da agropecuária ao currículo escolar urbano e rural

Os parlamentares enfatizaram a importância da disseminação de disciplinas voltadas à agroecologia no ambiente escolar. Também notificaram a interrupção do fluxo da verba estatal destinada à alimentação fornecida para as Escolas Família Agrícola – EFA. Demandaram ainda a execução institucional do Projeto Extensionista Mirim nas escolas. Defenderam que as diretrizes relacionadas à agricultura, incluídas aquelas referentes à defesa fitossanitária, deveriam alcançar não apenas os alunos das áreas rurais, mas também dos centros urbanos. O gestor salientou o histórico educacional bem-sucedido do Projeto Sanitaristas Mirins, operado pelo IMA desde 1997. Concordou que as atividades devem abranger o ambiente urbano e firmou o compromisso de revisar as dinâmicas educacionais em parceria com a Emater e o IMA.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo
• Realizar audiência pública, voltada às Etapas III e IV do Projeto Jaíba, com o objetivo de regularizar a situação dos produtores que ocupam 10.000 hectares no local e enfrentam riscos jurídicos de

desapropriação.

- Retomar, em até 30 dias, as atividades destinadas a recompor a representação no Grupo Executivo Permanente – GEP – e planejar a efetiva implementação do Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos – Planera.
- Mediar com o governador para a solução das demandas logísticas do setor, de forma a apoiar a viabilização de recursos para a construção da ponte sobre o Rio Paracatu e para as obras de manutenção e cascalhamento da MG-161.
- Direcionar o Núcleo de Gestão Ambiental para debater tecnicamente com o Igam a inatividade de registros que bloqueiam novas outorgas de uso da água e mobilizar a Emater para regularizar projetos paralisados na zona irrigada.
- Buscar um alinhamento direto para agrupar e unificar diretrizes teóricas entre os projetos de ensino Sanitaristas Mirins, condizido pelo IMA, e Extensionista Mirim, pela Emater, com vistas a incorporar alunos e enviar as estatísticas de atuação ao gabinete do parlamentar demandante.
- Dar prosseguimento administrativo aos concursos públicos destinados a repor os quadros de servidores da Emater e da Epamig, com previsão de abertura a partir de agosto para a Emater.

IV – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos
Não houve.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2026.

Deputado Raul Belém

Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria